



---

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Item 2.

*Medida Provisória nº 352, de 2007*

*(Do Poder Executivo)*

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 352, de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados. Pendente de parecer da Comissão Mista.*



**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao nobre Deputado Átila Lins.

**O SR. ÁTILA LINS** (Bloco/PMDB-AM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus cumprimentos.

Medida Provisória nº 352, de 2007 (Mensagem nº 35, de 2007). Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados.

Relatório.

Por meio da Medida Provisória nº 352, de 22 de janeiro de 2007, o Poder Executivo institui medidas de apoio à implantação, no País, de indústrias de componentes eletrônicos semicondutores e *displays*, mediante o programa denominado PADIS, e de equipamentos para TV digital, mediante o programa PATVD.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores — PADIS consiste na oferta de incentivos fiscais, com o objetivo de apoiar a implantação no País de um parque de fabricação de componentes eletrônicos ativos, inclusive microprocessadores, os populares *chips*, e de *displays*.

Tais incentivos abrangem, conforme os arts. 3º e 4º da Medida Provisória em exame, a redução a zero das alíquotas do IPI e da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e instrumentos incorporados ao ativo fixo da empresa beneficiária, sobre *softwares* e insumos e sobre a venda dos produtos. Neste último caso, exige-se que o projeto ou a difusão



do *chip* seja feita no Brasil, ou que o projeto do *display* ou a fabricação dos elementos fotossensíveis ou luminescentes seja feita no País (§ 2º do art. 4º).

Também fica reduzida a zero a alíquota da CIDE destinada ao Programa de Estímulo à Interação Universidade/Empresa, o chamado Fundo Verde-Amarelo, nos termos do § 3º do art. 3º.

A Medida Provisória em exame autoriza ainda o Poder Executivo a reduzir a zero a alíquota do Imposto sobre Importação incidente sobre bens de capital (art. 3º, § 5º).

A empresa é beneficiada, enfim, com a redução a zero do Imposto de Renda e adicional incidentes sobre o lucro da exploração (art. 4º, inciso III). Os benefícios serão oferecidos com prazos diversos, variando de 12 a 16 anos.

Como contrapartida, a empresa beneficiada pelo PADIS deverá aplicar em atividades de pesquisa e desenvolvimento 5% do seu faturamento bruto anual no mercado interno, sendo 1% aplicado em convênios com entidades de ensino, universidades e institutos de pesquisa (art. 6º). Os valores residuais pendentes de aplicação deverão, a cada ano, ser depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, acrescidos de multa e juros (art. 8º).

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital — PATVD, por sua vez, oferece incentivos fiscais com o objetivo de fomentar as empresas fabricantes de transmissores de TV digital.

Os incentivos associados ao PATVD abrangem, conforme os arts. 14 e 15, a redução a zero das alíquotas do IPI e das contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e instrumentos incorporados ao ativo



fixo da empresa beneficiária, sobre *softwares* e insumos, e sobre a venda dos produtos.

Também é assegurada a redução a zero da contribuição para o Fundo Verde-Amarelo sobre remessas ao exterior a título de pagamento de *royalties* (art. 14, § 3º). A Medida Provisória autoriza, enfim, o Poder Executivo a reduzir a zero o Imposto de Importação incidente sobre bens novos para incorporação ao ativo fixo (art. 14, § 5º). Tais benefícios ficam assegurados por 10 anos.

Como contrapartida, a empresa beneficiada pelo PATVD deverá aplicar 1% do seu faturamento bruto anual no mercado interno em atividades do P&D, devendo 0,5% ser aplicado em convênios com entidades de ensino, universidades e institutos de pesquisa (art. 17).

A Medida Provisória regula, enfim, a proteção das topografias de circuitos integrados, ou seja, o conjunto de imagens que representam a disposição geométrica dos elementos das várias camadas do circuito.

O registro confere ao criador da topografia a exclusividade de seu uso, sendo vedado a terceiros, sem seu consentimento, reproduzir a topografia, incorporá-la no todo ou em parte a outro circuito integrado, comercializar a topografia, circuitos que a incorporem ou equipamentos que utilizem tais circuitos. A proteção é concedida por 10 anos.

Na Exposição de Motivos Interministerial nº 8, de 2007, subscrita pelos Ministros de Estado da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia, o Poder Executivo justifica a adoção da Medida alegando que os programas instituídos por ela deverão fomentar a instalação, no País, de empresas de fabricação de semicondutores e *displays*, bem como de fabricação de



transmissores para TV digital, hoje segmentos precariamente atendidos pela indústria nacional.

*Acrescentam, ainda, que “as medidas adotadas, ao ampliar a eficiência econômica e estimular o investimento produtivo, criam condições para um crescimento mais acelerado da economia ao longo dos próximos anos, com reflexo positivo para a arrecadação tributária.”*

À Medida Provisória nº 352, de 2007, foram apresentadas 54 emendas. Estão aqui relacionadas, Sr. Presidente, uma a uma, todas as emendas que os Srs. Parlamentares apresentaram a esta Medida Provisória.

Cumpre-nos, pois, examinar a matéria quanto a seu mérito e aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem assim quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária.

É o relatório.

Voto do Relator.

O Brasil enfrenta significativo atraso na implantação de uma indústria de fabricação de componentes para uso em eletrônica e *displays*. Dados da Balança Comercial de 2006 revelam que as importações desses insumos, classificados na posição 85.48 e 85.42, da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, correspondente aos componentes eletrônicos semicondutores, e na posição de 90.13, relativa a *displays* de cristal líquido, totalizaram naquele ano cerca de 3 bilhões e 900 milhões de dólares, em valor FOB.

Trata-se de setor que, por outro lado, é concentrado em escala global. Por exemplo, a maior empresa fabricante de microprocessadores tem uma participação



de cerca de 15% do mercado mundial. A segunda, cerca de 7%. A seguinte, 4% e a participação dos demais produtores é gradualmente menor.

Um outro exemplo ilustrativo é oferecido pelas indústrias de difusão de semicondutores para terceiros. A maior empresa detém cerca de 44% do mercado mundial, a segunda cerca de 15%, a terceira 6%. A participação das demais indústrias é progressivamente menor.

Há, também, uma concentração elevada por país de origem e por segmento de aplicação. Em escala mundial, apenas 4 países — Coreia do Sul, Taiwan, Japão e China — dominam o mercado de *displays* de cristal líquido de plasma.

Um fator que contribui para essa concentração é a necessidade de elevados investimentos em tecnologia requeridos por essas indústrias de forma continuada, o que configura uma barreira à entrada nesse mercado. A previsão do norte-americano Gordon Moore, co-fundador da Intel, de que a densidade dos circuitos integrados iria duplicar a cada 24 meses, conhecida como Lei de Moore, tem se preservado com uma regularidade surpreendente. A agressiva competição no setor força as empresas a pesquisarem constantemente.

Outro aspecto importante para o desempenho industrial é a proximidade dos fabricantes com as indústrias que oferecem *design*, partes e peças ou serviços de apoio, formando os chamados *clusters*, conglomerados de empresas congêneres que operam com estratégias de mercado integradas.

Finalmente, é de se destacar que tais mercadorias têm alto valor agregado e pequeno volume, sendo facilmente transportadas, o que facilita a centralização da produção em poucos locais, em termos mundiais.



Trazer essas empresas para o Brasil irá requerer, portanto, um esforço significativo na atração de investimentos e uma clara sinalização de vontade política. A Medida Provisória nº 352, de 2007, que ora examinamos, representa o esforço do Poder Executivo em atender a esses requisitos, o que justifica, em nosso entendimento, as razões de relevância e urgência da iniciativa.

A MP institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), que consiste na concessão de benefícios fiscais amplos para a implantação de indústrias de semicondutores e *displays*. Em vista do alcance dos benefícios, diversas precauções são tomadas, tais como delimitar com clareza as atividades incentivadas, restringir a flexibilidade na constituição das pessoas jurídicas dessas indústrias e no registro de suas operações, exigindo que se dediquem com exclusividade ao ramo das atividades incentivadas (art. 2º, § 3º). Também é imposta contrapartida de aplicação de parcela da receita em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Esse tipo de contrapartida em P&D vem sendo adotado na indústria de informática há cerca de 15 anos, desde a entrada em vigor da Lei nº 8.248, de 1991, com resultados compensadores na formação de recursos humanos e na realização de projetos acadêmicos, ajudando a aproximar a pesquisa local e o mercado.

No caso do PADIS, fica determinado que 5% do faturamento bruto anual no mercado interno da empresa beneficiada serão aplicados em atividades de P&D, sendo 1% em convênio com universidades e instituições de ensino e pesquisa. Esses percentuais diferem daqueles estabelecidos na legislação de informática para as empresas montadoras do setor. Nosso entendimento é de que tal adequação é desejável, em vista da necessidade de pesquisa contínua em novas tecnologias de



produto e de processo, característica dos fabricantes de componentes semicondutores e *displays*.

Alguns dos incentivos previstos exigem que as empresas atuem em segmentos intensivos em tecnologia industrial (art. 4º, § 2º). Para os fabricantes de mostradores e *displays*, que tendem a ser indústrias acentuadamente verticais, a medida é oportuna. No entanto, nas diversas avaliações que conduzimos junto a entidades do setor e ao Poder Executivo, emergiu em relação aos semicondutores um consenso de que, por se tratar de um mercado mais segmentado, com potencial para abrigar pequenas e médias empresas, seria razoável flexibilizar tal exigência, o que nos levou a modificar a redação do dispositivo.

Um importante elemento de uma política de atração de investimentos em semicondutores é a garantia de proteção aos direitos sobre topografia de circuitos integrados, o que justifica plenamente a inclusão, na Medida Provisória, das disposições sobre a matéria.

É importante, nesse sentido, aperfeiçoar o seu tratamento penal, objeto de diversas emendas oferecidas ao texto, que acatamos oportunamente.

A Medida Provisória nº 352, de 2007, trata também da implantação no País de indústria de fabricação de transmissores destinados à TV digital. Esse segmento será estimulado mediante o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital (PATVD).

Trata-se de iniciativa associada à implantação, no Brasil, do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T). O avanço da tecnologia nesse setor requer uma continuidade dos programas de desenvolvimento de produtos já em andamento e a abertura de novas frentes de pesquisa tecnológica,





especialmente no que concerne à criação de *softwares* e à sua incorporação aos semicondutores dedicados aos equipamentos de TV digital.

O PATVD pretende estimular a expansão, no País, das indústrias com capacidade de pesquisa e com demanda de alta tecnologia nesse setor. A escolha do segmento de transmissores é, nesse sentido, particularmente feliz. Há, no mercado doméstico, algumas indústrias de pequeno porte e elevada competência tecnológica que já se dedicam à fabricação de equipamentos digitais para radiodifusão e competem por pequena participação no mercado global.

Tal quadro revela o potencial de que o Brasil dispõe para a P&D no segmento. A oferta de benefícios a empresas com esse perfil industrial ajudará a expandir a participação brasileira nesse mercado e a pesquisa tecnológica no setor.

Os incentivos previstos no PATVD são de menor alcance do que os dos PADIS, mas compatíveis com o estímulo necessário a uma indústria nascente.

As contrapartidas são comparativamente menores, tendo em vista que se trata de um segmento de pequeno porte com um mercado consumidor acentuadamente especializado.

A contrapartida de aplicação de percentual de 1% do faturamento bruto anual no mercado interno em atividade de P&D, sendo 0,5% em convênios com entidades de ensino, universidade e institutos de pesquisas, revela-se porém muito reduzida, se comparada com a relação entre os benefícios e contrapartidas da Lei de Informática. Nesse sentido, acatamos sugestões oferecidas por Parlamentares com o intuito de ajustar esses valores, que fixamos, no Projeto de Lei de Conversão, em 2,5% para a contrapartida como um todo e em 1% para a aplicação em convênios com universidades e institutos de pesquisa.



A urgência na implantação do programa justifica-se na medida em que o Brasil deverá fazer nos próximos meses importante esforço na implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre. A previsão de que sejam iniciadas ainda neste ano as primeiras transmissões regulares do sistema enseja o desdobramento de inúmeras iniciativas, das quais o programa ora em exame é complementar.

No exame da adequação financeira e orçamentária, verificamos que inexistente impacto fiscal no ano em curso em relação aos incentivos que venham ser oferecidos a empresas novas, que pretendam instalar-se no País a partir da vigência dos programas. Nesses casos, em relação aos períodos subsequentes, as respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, a serem encaminhadas ao Congresso Nacional a cada ano, deverão fazer a previsão da renúncia fiscal correspondente. Os *displays* e os transmissores de TV digital, que ainda não são fabricados localmente, recaem nessa situação.

É de destacar, como o faz oportunamente a Exposição de Motivos Interministerial nº 8, de 2007, que as alíquotas de IPI referentes à comercialização de semicondutores e displays já estão reduzidas a zero, em virtude do disposto no inciso I do art. 2º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e do § 1º do mesmo artigo.

Agregue-se que a redução a zero nas alíquotas das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, relativas à aquisição de bens de capital ou insumos, bem assim à venda das mercadorias beneficiadas pelo PADIS e pelo PATVD, não gera renúncia fiscal, posto que tais tributos, quando incidentes na importação ou na



venda de produtos, dão direito a créditos que são descontados das contribuições a pagar.

Haverá renúncia fiscal, em suma, apenas em relação ao Imposto de Renda e à contribuição de domínio econômico das indústrias de semicondutores já instaladas no País, sendo o seu total estimado pelo Poder Executivo em 4,5 milhões de reais, sendo, portanto, um valor modesto em face da arrecadação federal e da expectativa de que esse montante seja compensado pela arrecadação de outras fontes, tais como a CPMF sobre a movimentação financeira efetuada pela empresa e os encargos incidentes sobre a folha de pagamento e sobre a renda de empregados.

Quanto às emendas oferecidas pelos Parlamentares ao texto ora em exame, diversas contribuições foram acatadas, Sr. Presidente, na forma do Projeto de Lei de Conversão.

Das 54 emendas, 12 foram acatadas e 42 foram rejeitadas, com toda a justificativa que se encontra aqui no relatório e no parecer.

Cabe lembrar, Sr. Presidente, que as valiosas contribuições recebidas dos nobres pares promoveram, em suma, aperfeiçoamentos importantes ao texto.

A redação do Projeto de Lei de Conversão, que ora apresentamos, procurou, dessa forma, agregar as propostas dos autores das emendas acatadas e as sugestões recebidas do Poder Executivo e promover os aperfeiçoamentos já mencionados, de modo a dar maior clareza às disposições.

Concluindo, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 352, de 22 de janeiro de 2007, e pela aprovação das Emendas



nºs 2, 17, 33, 35, 36, 38, 40, 46, 47, 48, 49, 50, a ela apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão que ora oferecemos.

Quanto às demais emendas, nosso voto é pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 51, 52, 53 e 54.

É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Agradeço ao Deputado Átila Lins o belíssimo parecer, que engrandece esta Casa, e pela maneira como S.Exa. bem o apresentou. A peça fortalece sobretudo a SUFRAMA, em um momento importante para o País, sobretudo quando o País está para adotar a TV digital sem uma política para semicondutores.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 073.1.53.O**  
**Data: 17/4/2007**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 70 A 70-ZZ10)



---

**O SR. JOÃO MATOS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO MATOS** (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, em todas as votações de hoje pela manhã, à tarde e à noite, meu voto foi de acordo com o partido.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

**O SR. ILDERLEI CORDEIRO** (PPS-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi de acordo com o partido.

**O SR. NILSON PINTO** (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o meu partido.

**O SR. CARLOS SOUZA** (PP-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi de acordo com o partido.



---

**O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** (Bloco/PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabenizo o Relator pelo relatório. S.Exa. teve a grandeza de ouvir seus Pares, seus companheiros; estudou todas as emendas propostas; pensou no País, no PAC, e não minimizou a questão, ouvindo a todos democraticamente. De maneira que, por ter passado um dia exaustivo trabalhando com o Líder Beto Albuquerque e a equipe da Liderança, não poderia deixar de cumprimentar e agradecer a S.Exa. pelo relatório apresentado.



---

**VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.